

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:

*Legados Autoritários e Desafios Democráticos: Ditadura no Brasil e Revolução dos Cravos em Portugal*

Organizadores:

Aguinaldo Rodrigues Gomes (Universidade Federal do Mato Grosso de Sul)  
aguinaldorod@gmail.com

João Pedro Rosa Ferreira (Universidade Nova de Lisboa)  
jprosaferreira@gmail.com

Thaís Leão Vieira (Universidade Federal do Mato Grosso)  
thaisleaovieira@gmail.com

O contexto político brasileiro pré-golpe militar de 1964 foi marcado por uma série de tensões e pressões tanto internas quanto externas. Historiadores como Domingues (2002), Gomes (2015), Zeca (2021) destacam a continuidade do projeto político-econômico de modernização conservadora desde Getúlio Vargas até os governos subsequentes, incluindo João Goulart. Essa continuidade foi caracterizada por políticas reformistas como a nacionalização da economia, a ampliação do corpo político da nação e propostas de reforma agrária. No entanto, as tentativas de reformas de João Goulart encontraram forte resistência de setores conservadores da sociedade, especialmente dos ruralistas, que temiam a ampliação de tais reformas. Esses setores, em sua maioria, apoiaram o golpe empresarial-militar de 1964, alimentando o discurso de que o Brasil estava sob ameaça iminente de uma revolução comunista.

A modernização conservadora durante a ditadura militar no Brasil foi um fenômeno complexo, caracterizado por um crescimento econômico robusto, mas também por uma repressão severa. Esse período revela como a busca por desenvolvimento pode ser manipulada para sustentar regimes autoritários, criando uma sociedade marcada por desigualdade e falta de liberdade. A reflexão sobre esse episódio da história brasileira é essencial para compreender os desafios atuais na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Temos que lembrar que durante esse período, a repressão foi intensa. O Estado usou a violência e a censura para silenciar a oposição e garantir que a modernização não fosse contestada, utilizando-se da implementação de políticas educacionais e culturais, muitas vezes, controladas para promover ideais alinhados ao regime, enquanto qualquer dissidência era vista como uma ameaça à ordem estabelecida.

A articulação e financiamento do golpe militar envolveram tanto militares quanto civis, como evidenciado por René Dreifuss em sua obra “1964: A Conquista do Estado”. Ele mostra que houve uma conexão entre militares, agências de inteligência dos EUA e instituições civis, como o IPES e o IBAD, na organização e execução do golpe que culminou em uma ditadura de caráter militar-empresarial.

O golpe militar de 1964 não foi um evento isolado, mas sim resultado de uma série de pressões e articulações políticas. O discurso anticomunista e a preocupação com as reformas sociais propostas por Goulart foram elementos-chave que contribuíram para a adesão de diversos setores da sociedade ao golpe, notadamente do empresariado, incluindo o midiático, e as elites. A ideia de uma iminente ameaça comunista foi habilmente explorada pelos setores conservadores, como os ruralistas, para justificar o apoio ao golpe e garantir a manutenção de seus interesses econômicos e sociais.

No Brasil, após o fim ditadura militar em 1985, temos observado, por parte de alguns segmentos sociais, tais como os militares e civis que apoiaram o golpe e aqueles que, por força do negacionismo histórico fortemente presente em nossa sociedade atual, a tentativa de construir uma memória positiva do nefasto período. O pesquisador João Roberto Martins Filho (2003) discute a disputa em torno da memória entre militantes de esquerda e militares, destacando que estes últimos muitas vezes preferem ocultar os eventos da ditadura sob o manto do esquecimento, evocando a anistia como justificativa. Martins Filho argumenta que, após a promulgação da Lei da Anistia em 1979, os militares consideram qualquer esforço para relembrar os eventos da repressão como uma violação ao princípio da anistia, construindo uma narrativa de que anistiar é equivalente a esquecer. Essa perspectiva é frequentemente expressa nos relatos e depoimentos de militares das três forças.

Há uma clara disputa em torno da memória da ditadura: enquanto os militantes de esquerda, familiares dos mortos e desaparecidos, civis torturados durante esse período e outros setores e grupos ligados à promoção dos direitos humanos e da democracia acreditam que seja fundamental lembrar para evitar que tais atrocidades se repitam, os militares e civis apoiadores do golpe preferem virar a página e pensar no futuro em nome de um consenso nacional – ou de um novo golpe autoritário. Para estes últimos, a atitude memorialística das vítimas da ditadura é vista como revanchista, perpetuando um sentido negativo do golpe – como se houvesse outro sentido além deste.

Os militares golpistas e seus apoiadores defendem que a anistia deve ser aplicada a todos, inclusive aos responsáveis pela farta violência estatal, evidenciada por torturas, desaparecimentos, estupros, exílio, assassinatos e execuções, e consideram que ela teve o objetivo de promover a cicatrização das feridas do período autoritário, sem que houvesse um julgamento catártico por parte da sociedade brasileira sobre o período. Esse discurso oficial das forças armadas se manifesta mesmo em tempos mais recentes.

No entanto, apesar dos esforços dos militares ligados ao golpe e seus apoiadores em ocultar a memória da ditadura, ela sobrevive em outras estruturas como famílias, associações e redes de apoio, de sociabilidade afetiva e de luta política. Essas memórias "proibidas" enfrentam desafios na sua transmissão e na busca por uma escuta atenta, mas continuam a existir como uma narrativa que contesta a visão oficial promovida pelos militares.

A história do Brasil e de Portugal está ligada e aproximada por diversos eventos, seja pelo mais evidente, a colonização destas terras pelos lusitanos, seja um menos conhecido, como a experiência autoritária portuguesa, conhecida como Estado Novo, sob os governos de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano (1932-1974). Em que pese a denominação, tratou-se de um governo autoritário, ditatorial e autocrata. Assim, Brasil e Portugal viveram períodos comuns de ruptura drástica com o regime democrático.

No Brasil, o retorno dos exiliados a partir de 1979 e os grandes comícios da campanha pelas eleições "Diretas Já", em 1983 e 1984, marcam o conjunto de imagens do fim da ditadura e a caminhada rumo à democracia. Em Portugal, o marco da abertura política e da retomada da construção de regimes democráticos é a Revolução dos Cravos.

No dia 25 de abril de 1974 um grupo de militares avesso ao regime pôs fim à ditadura mais antiga da Europa. O povo de Lisboa apoiou os sublevados desde o início, oferecendo cravos aos soldados, que os colocaram nos canos das espingardas, simbolizando a Revolução dos Cravos. O Movimento das Forças Armadas (MFA), formado principalmente por capitães do Exército, conduziu as operações, com a coordenação do major Otelo Saraiva de Carvalho. Duas canções transmitidas pela rádio, "E depois do Adeus" e "Grândola Vila Morena", serviram como sinais para os insurgentes. Os versos de Zeca Afonso, "Terra da fraternidade/ Grândola, Vila Morena/ Em cada rosto, igualdade/ O povo é quem mais ordena", servindo de hino para conclamar os pares à luta, apoiados pelo povo.

O capitão Salgueiro Maia liderou as tropas que ocuparam locais-chave em Lisboa, levando à queda do governo de Marcello Caetano, que sucedera a Salazar em 1968. Uma Junta de Salvação Nacional assumiu o poder, liderada pelo general António de Spínola.

O programa do MFA incluía a destituição dos órgãos de poder do regime, o fim do aparelho repressivo, a libertação dos presos políticos e a eleição de uma assembleia constituinte para redigir uma nova Constituição. O movimento de 25 de Abril foi mais do que um golpe, transformando-se numa revolução democrática, devido ao apoio popular e às intenções democráticas dos militares vencedores.

Os eventos nomeados como “guerra colonial portuguesa”, referem-se ao conjunto de sublevações das colônias africanas e asiáticas no período de 1961 até 1974. Esse processo desgastou a sociedade portuguesa, com um milhão de jovens portugueses fazendo serviço militar obrigatório e crescente contestação à guerra e ao regime, especialmente entre os estudantes universitários. O governo de Caetano, que inicialmente havia abrandado a repressão, voltou à linha dura em 1972, o que contribuiu para o clima de insatisfação e descontentamento que ajuda a explicar a Revolução dos Cravos.

À medida que a guerra colonial persistia, os oficiais das Forças Armadas, especialmente do Exército, enfrentavam uma situação de estagnação em suas carreiras. Com a crescente falta de oficiais intermédios, sobretudo capitães, o governo decidiu permitir a ascensão ao quadro permanente de oficiais provenientes do grupo dos milicianos, mediante a realização de um curso breve na Academia Militar. Essa medida gerou insatisfação entre os oficiais "do quadro", que se sentiram prejudicados em relação aos colegas milicianos. O descontentamento levou à formação de uma conspiração, na qual os oficiais do quadro acabaram por concluir que o verdadeiro inimigo não eram os milicianos, mas sim o regime autoritário.

Derrubado o regime, apesar da aparente unanimidade em torno da Junta de Salvação Nacional e do programa do MFA, houve tensões internas desde o início. O general Spínola assumiu a presidência da Junta, mas houve discordância entre ele e os oficiais responsáveis pelo movimento. Spínola acabou por se tornar Presidente da República, com o advogado Adelino da Palma Carlos como primeiro-ministro. No entanto, a instabilidade social aumentou com greves e ocupações de empresas. O governo tentou alterar a agenda política do programa do MFA, buscando eleger o Presidente da República antes da Assembleia Constituinte, como

pretendia Spínola, mas encontrou oposição do MFA. Palma Carlos demitiu-se e foi sucedido pelo coronel Vasco Gonçalves.

A situação econômica se deteriorou, enquanto Spínola reconheceu o direito das colônias à autodeterminação e independência, levando ao reconhecimento da Guiné-Bissau, que proclamara unilateralmente a independência ainda em 1973. Após o "28 de Setembro", a manifestação dos setores conservadores ligados a Spínola, este renunciou à Presidência e o general Costa Gomes assumiu o cargo, mantendo Vasco Gonçalves como primeiro-ministro. Gonçalves formou o 3º Governo Provisório, com maior presença militar e de esquerda, enquanto ocorriam ocupações de terras no Alentejo e de empresas em várias cidades. A agitação separatista surgiu nos Açores e na Madeira, enquanto os comunistas consolidavam sua influência na administração.

Em dezembro de 1974, no Congresso do Partido Socialista, Mário Soares manteve a liderança, marcando uma clara separação relativamente aos comunistas. Em janeiro de 1975, o MFA e os comunistas pressionaram o governo a decretar a "unicidade sindical", resultando em tensões com os socialistas, defensores do pluralismo. Em março, houve um episódio de tentativa de golpe atribuída a Spínola, levando à sua fuga para Espanha e à formação do 4º Governo Provisório por Vasco Gonçalves, que promoveu nacionalizações e criou o Conselho da Revolução.

As eleições para a Assembleia Constituinte foram adiadas para 25 de abril de 1975, e o governo chegou a questionar sua realização. O Pacto MFA-Partidos garantiu a realização das eleições em troca do compromisso de não questionar a "via socialista" na futura Constituição. Nas eleições, o Partido Socialista (moderado) obteve a maioria dos votos, mas comunistas e setores radicais do MFA continuaram a reivindicar políticas "avançadas".

O período foi marcado por ocupações de jornais e rádios, como o "Caso República" e a ocupação da Rádio Renascença, e por tensões com o regime de Franco na Espanha, culminando no assalto à embaixada e ao consulado espanhóis em Lisboa.

Durante o "Verão Quente" de 1975, em Portugal, a tensão política atingiu o ápice. No norte conservador, grupos clandestinos de extrema-direita atacaram sedes de partidos de esquerda, enquanto se multiplicavam as ações de grupos como o Exército de Libertação de

Portugal (ELP), o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP), de Spínola, e o Movimento Maria da Fonte, apoiado pela Igreja Católica.

Mário Soares, com apoio internacional, incluindo líderes como François Mitterrand e Willy Brandt, conspirou com o embaixador norte-americano, Frank Carlucci, contra a ascensão comunista em Portugal. Em meio a cortes de estradas e manifestações constantes, o país enfrentou uma crise profunda. Os partidos Socialista e Popular Democrático (centro-direita) abandonaram o governo, levando à formação de um novo executivo liderado por militares próximos ao Partido Comunista. No entanto, a divisão entre os militares moderados e radicais se aprofundou, culminando na queda do primeiro-ministro Vasco Gonçalves e na nomeação de Pinheiro de Azevedo. Um debate histórico entre Mário Soares e o líder comunista Álvaro Cunhal, transmitido pela televisão, ilustrou a profunda divisão ideológica no país, entre democracia representativa e socialismo de estilo soviético.

A independência de Angola, proclamada em 11 de novembro de 1975, foi marcada por conflitos internos entre os movimentos independentistas. O Acordo de Alvor, assinado em janeiro pelos três movimentos, foi rasgado pelos interesses internacionais, resultando em três declarações de independência distintas: uma liderada pelo MPLA em Luanda, apoiada pela União Soviética e por Cuba; outra pela FNLA em Ambriz, com apoio dos EUA e de Mobutu do Zaire; e a terceira pela UNITA no Huambo, com apoio da África do Sul.

Enquanto isso, em Lisboa, o governo enfrentou um desafio durante o "canto de cisne" do PREC, quando trabalhadores da construção civil cercaram o Palácio de São Bento, onde a Assembleia Constituinte estava localizada. O primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo declarou o governo em greve em protesto contra o sequestro. Em meio a tensões crescentes, uma ação polêmica do chefe da Força Aérea desencadeou a ocupação de bases aéreas por paraquedistas radicais. Os oficiais moderados, reunidos em torno do grupo dos "Nove", liderado politicamente por Melo Antunes e militarmente por Ramalho Eanes, desencadearam uma resposta coordenada.

Em 25 de novembro de 1975, o Presidente Costa Gomes declarou o "estado de sítio" em Lisboa, enquanto os comandos neutralizavam as principais unidades de esquerda na capital. O líder comunista, Cunhal, concordou em não oferecer resistência, em troca da promessa de que o PCP não seria ilegalizado.

Com a ala radical do MFA derrotada, o tenente-coronel Ramalho Eanes emergiu como figura-chave. Menos de um ano depois, ele foi eleito Presidente da República e se tornou uma referência da democracia portuguesa. O "25 de Novembro" marcou o fim da utopia revolucionária para alguns e a reposição dos ideais de liberdade e democracia para outros.

Conforme destacado por Hobsbawm, é perceptível que a história carrega um sentido político e pode ser manipulada tanto para preservar quanto para desconstruir uma memória pública, dependendo dos interesses dos grupos que a utilizam. Em 2024, marcando os 60 anos do golpe empresarial-militar no Brasil e os 50 anos da Revolução dos Cravos, presenciamos um intenso debate sobre o assunto, retomado por diversos pesquisadores, políticos e militares sob diferentes perspectivas, permitindo uma reflexão da sociedade sobre esses eventos traumáticos em nossas histórias.

Um conjunto diversificado de intelectuais, incluindo historiadores, sociólogos, educadores, diretores e artistas, procurou reavivar o trauma vivenciado pela sociedade brasileira, destacando as atrocidades cometidas durante o regime militar. Entre os estudos acadêmicos, uma profusão de obras aponta as violações do regime. Este dossiê sobre "Legados Autoritários e Desafios Democráticos: Ditadura no Brasil e Revolução dos Cravos em Portugal" apresenta uma variedade de textos que abordam diferentes aspectos do período autoritário no Brasil e suas conexões com eventos internacionais, como a Revolução dos Cravos em Portugal. Esses textos não apenas lançam luz sobre os eventos passados, mas também buscam entender suas repercussões no presente, contribuindo assim para uma reflexão crítica sobre o legado autoritário e os desafios para a consolidação da democracia.

Este conjunto de textos reflete a diversidade de abordagens e perspectivas necessárias para uma compreensão de um período histórico complexo e suas implicações para a sociedade contemporânea. Neste dossiê, são abordadas uma ampla gama de questões históricas, políticas e culturais, que trazem à tona discussões cruciais sobre os legados autoritários e os desafios democráticos enfrentados tanto no Brasil quanto em Portugal.

O primeiro artigo, "Legados autoritários e desafios democráticos: Arqueologia e Política em contexto Brasileiro e Português", de Pedro Paulo A. Funari e Rita Juliana Soares Poloni, destaca a interseção entre a Arqueologia da Repressão e da Resistência e os estudos

sobre povos indígenas, explorando como as dinâmicas de repressão e resistência se estendem além dos períodos ditatoriais, influenciando o contexto de redemocratização.

Em seguida, “Brasil e Portugal nas Conexões Repressivas da Liga Mundial Anticomunista (WACL) da Guerra Fria”, de Rodolfo Costa Machado, investiga as conexões repressivas entre Brasil e Portugal por meio da Liga Mundial Anticomunista durante a Guerra Fria, evidenciando a atuação internacional das extremas-direitas e seus impactos nos contextos políticos de ambos os países.

“A Revolução Portuguesa e a Luta pela Democratização do Brasil: Diferentes Caminhos entre Washington e Lisboa (1964-1978)”, de Reinaldo Lindolfo Lohn e Mateus Gamba Torres, destaca as conexões internacionais entre Brasil e Portugal no contexto da ditadura militar brasileira e da Revolução dos Cravos em Portugal, explorando como os eventos em Portugal influenciaram as lutas pela democratização no Brasil e desafiaram a estrutura institucional da ditadura.

Rosangela Patriota e Alcides Freire Ramos, no artigo “Quando o Passado se torna Escudo/Espelho das Inquietudes do Tempo Presente: a Resistência Democrática, no Brasil, em Tempos de Efemérides”, discutem a apropriação do conhecimento histórico pela ditadura militar brasileira e o uso de temas históricos na cultura de oposição, destacando os diálogos entre Brasil e Portugal durante o sesquicentenário da Independência.

Renan Nascimento Reis, em “Nas Asas da Anistia: a volta dos exilados e a vigilância sobre expurgados e perseguidos após 1979”, analisa a vigilância sobre exilados e perseguidos políticos após a Lei de Anistia no Brasil, destacando a continuidade de mecanismos autoritários durante o processo de transição democrática.

Iára Quelho de Castro, Miguel Rodrigues de Sousa Neto e Vera Lúcia Ferreira Vargas, no artigo “Os Povos Indígenas e a Ditadura: Violência, Memória e História”, destacam a violência sofrida pelos povos indígenas durante a ditadura militar brasileira, ressaltando a persistência de padrões de poder colonial até os dias atuais. Analisando principalmente o Relatório Figueiredo e os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, os autores demonstram as estratégias violentas de interiorização do “progresso” no Brasil que resultaram na apropriação de terras indígenas, expulsão dos povos originários, aprisionamento de indígenas, assim como seu extermínio.

No artigo “Um Presente Saturado de Passado: o Álbum ‘Labirinto da Memória’ (2024), da Banda ‘Dead Fish’ e a Construção de uma Temporalidade para a Ditadura Militar pela Estética do Hardcore”, Thales Biguinatti Carias analisa o álbum "Labirinto da Memória" da banda Dead Fish, explorando como a música hardcore constrói uma temporalidade em relação à ditadura militar no Brasil e suas permanências na sociedade contemporânea.

Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente e Nair Yumiko Kobashi, em “Memorial da Resistência no Brasil e Museu do Aljube em Portugal: Mediações por meio de Objetos Simbólicos”, examinam o papel dos museus de resistência no Brasil e em Portugal como espaços de memória, verdade e justiça, destacando sua contribuição para a preservação do patrimônio político-cultural.

Alcilene Cavalcante Oliveira, no artigo “Racismo e Violência Institucional em foco no Audiovisual: Legados Autoritários no Brasil e em Portugal”, discute a questão racial e a violência policial nas duas nações, analisando o documentário brasileiro "Mataram Nossos Filhos", de Susanna Lira, em diálogo com o documentário português "Debaixo do Tapete", de Catarina Demyon e Carlos Costa. A autora destaca como esses temas refletem um legado autoritário que afeta a qualidade democrática em ambos os países, ressaltando o caráter transnacional da temática e a importância do audiovisual como memória cultural.

Aguinaldo Rodrigues Gomes, em “Professor Enio Cabral no ‘Grupo Dos Onze’ em Aquidauana: A paranoia Militar no Centro-Oeste Brasileiro”, destaca a perseguição ao Grupo dos Onze no contexto histórico do período pré e pós-golpe de 1964. A análise de Gomes sobre a estratégia de vincular o Grupo dos Onze ao comunismo radical demonstra como essa associação foi instrumentalizada para justificar a repressão contra opositores. O uso de fontes primárias, como o Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado contra Enio de Castro Cabral, fornece evidências da fragilidade e inconsistência das acusações, revelando a paranoia anticomunista que permeava o regime.

Por fim, Thaís Leão Vieira, em “Reflexões sobre o Teatro pós-Revolução: ‘Liberdade, Liberdade’ em Portugal”, discute a importância do teatro na sociedade portuguesa pós-Revolução dos Cravos, destacando a encenação da peça "Liberdade, Liberdade" em Portugal como um evento significativo nesse contexto e explorando suas dinâmicas culturais e políticas.

Este dossiê conta com a colaboração de pesquisadores de diversas regiões e instituições do Brasil, incluindo Mato Grosso, Goiás, Pará, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Esses artigos oferecem uma rica variedade de perspectivas sobre os desafios e as conquistas das sociedades brasileira e portuguesa em seus processos de redemocratização e enfrentamento dos legados autoritários.

#### REFERÊNCIAS

ZECA, B. G. Análise Historiográfica Da “Modernização Autoritária E Conservadora” E Sua Relação Com A Doutrina De Segurança Nacional E Desenvolvimento. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 5, n. 13, p. 155–162, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4474261. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/233>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GOMES, Aginaldo Rodrigues. *Educação, utopia & ditadura militar: um professor comunista no interior do Brasil (1964-1985)*. Editora Appris, 2020.

DOMINGUES, José Maurício. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002, p. 459-482.